

321
a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0178534-6

APELANTE: Município do Ribeirão e Outra

APELADOS: Adrião Maciel Barbosa e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. COBRANÇA. 1. Rejeitou-se o pedido de exclusão do Município da lide, posto ser sua a capacidade para estar em Juízo, de vez que a capacidade do poder legislativo – *in casu*, a Câmara Municipal do Ribeirão –, restringe-se à defesa de interesses institucionais. Precedentes do STJ. 2. A prescrição aplicável, *in casu*, é a da Súmula 85 do STJ, conforme bem posto na sentença vergastada, que delimitou o pagamento da vantagem ao período compreendido entre os meses de maio de 1998 a janeiro de 2001. 3. A presente lide gira em torno do benefício instituído pela Lei Municipal nº 1.167/95, que disciplinou a concessão de *ticket refeição* aos funcionários da Câmara Municipal do Ribeirão, tal como consignado às fls. 24 dos autos. 4. Consta dos autos que o mencionado benefício foi pago até o mês de março/1997, tendo o pagamento sido suspenso, inobstante a Lei nº 1.167/1995 apenas ter sido revogada em fevereiro/2001, pela Lei Municipal nº 1.299/2001. 5. Os apelantes não trouxeram nenhum fato capaz de elidir sua responsabilidade para com o pagamento do benefício em foco no período em que a lei instituidora esteve vigente, tampouco restou demonstrado em que ponto dito diploma seria inconstitucional. 6. Reexame necessário improvido, prejudicado o voluntário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0178534-6, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, nos termos dos votos do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



317
4a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0178534-6
APELANTE: Município do Ribeirão e Outra
APELADOS: Adrião Maciel Barbosa e Outros
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Reexame Necessário e Apelação Cível** interposta em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca do Ribeirão (fls. 283/288) que julgou procedente o pedido formulado nos autos da ação ordinária de cobrança nº 234.2008.000088-6, nos seguintes termos:

Isto posto e por tudo o mais que dos autos consta, **julgo procedente o pedido constante da inicial**, para condenar os demandados **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO e CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO**, a pagarem a cada um dos autores, individualmente, o percentual equivalente a 80% (oitenta por cento) do salário mínimo (art. 3º, da Lei nº 1.167/95), por cada mês trabalhado, corrigido monetariamente, no período compreendido entre os meses de maio de 1998 a janeiro de 2001, excluindo-se meses de férias e ou licenças, e, referentes a 13º Salário, o que faço com amparo no art. 269, inc. I, do Código de Processo Civil.

O Município do Ribeirão e a Câmara Municipal do Ribeirão ofereceram as seguintes **razões** ao seu apelo (fls. 290/293): **(i) preliminarmente:** (a) exclusão do município do feito, tendo em vista a autonomia dos poderes, sendo certo que o pedido diz respeito apenas à Câmara Municipal; e (b) o pedido encontra-se fulminado pela prescrição do fundo de direito, posto que os próprios apelados afirmam que deixaram de receber a vantagem em foco no mês de abril/1997, tendo a prescrição se consumado em abril/2002; **(ii) no mérito:** (a) os apelados são servidores estatutários com jornada de 6 horas, não caracterizando situação que enseje o pagamento de *ticket* refeição; (b) a lei municipal nº 1.167/95 (que instituiu a vantagem em foco) é anterior à LRF e desse modo não observou seus ditames; (c) dita lei municipal é inconstitucional.

Os apelados ofereceram as **contra-razões** de fls. 298/299, pugnando pelo improvimento do apelo.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo improvimento do apelo (fls. 312/314).

Registro, em apertada suma, que o presente feito, inicialmente proposto no Juízo *a quo*, e retornou ao mesmo por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Conflito Negativo de Competência CC 90756/PE (fls. 257).

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 02 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



322

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0178534-6
APELANTE: Município do Ribeirão e Outra
APELADOS: Adrião Maciel Barbosa e Outros
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito no relatório, os apelados, servidores públicos municipais do Ribeirão, foram postos à disposição da respectiva Câmara Municipal, onde, por força de lei específica, passaram a fazer jus ao recebimento de vantagem denominada "ticket refeição".

Dito pagamento restou suspenso no ano de 1997. Todavia, apenas por meio da Lei Municipal nº 1.299/2001, de 12/02/2001, dita vantagem veio a ser extinta.

Pois bem.

Princípio por afastar o pedido de exclusão do Município da lide, posto ser sua a capacidade para estar em Juízo, de vez que a capacidade do poder legislativo – *in casu*, a Câmara Municipal do Ribeirão –, restringe-se à defesa de interesses institucionais.

Colho no ponto o seguinte aresto do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE PROVENTOS ATRASADOS AJUIZADA EM FACE DA CÂMARA DE VEREADORES. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE JURÍDICA. DENÚNCIAÇÃO À LIDE DO MUNICÍPIO. REGULARIDADE. ART. 70 DO CPC NÃO VIOLADO. 1. Tratam os autos de ação de cobrança para recebimento de proventos referentes aos meses de julho/2001 a março/2002, inclusive o 13º salário relativo ao ano de 2001, ajuizada por servidores municipais lotados na Câmara Municipal de São Miguel dos Campos. Apesar de os autores terem ajuizado a ação em face da Câmara Municipal, esta, por sua vez, compareceu ao processo e solicitou o chamamento do ente federado municipal para prestar esclarecimentos. Partindo dessa premissa, destacou o aresto recorrido que o Município passou a integrar a lide de forma regular, manifestando-se em diversas oportunidades, tendo sido observado o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. Nesse passo, considerando que a Fazenda Municipal é o ente federado dotado de capacidade para estar em juízo, não há nulidade, não havendo que aceitar irregularidade da denúncia. Violação ao art. 70 do CPC não reconhecida. 2. Nos termos da jurisprudência desta Corte: "A despeito de sua capacidade processual para postular direito próprio (atos interna corporis) ou para defesa de suas prerrogativas, a Câmara de Vereadores não possui legitimidade para discutir em juízo a validade da cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento dos exercentes de mandato eletivo, uma vez que desprovida de personalidade jurídica, cabendo ao Município figurar no pólo ativo da referida demanda" (REsp 696.561/RN, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 24/10/2005). 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1299469/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 10/04/2012). Destaquei.



323
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Observo, na seqüência, que a pretensão dos apelados não restou atingida pela prescrição do fundo de direito, eis que a vantagem em apreço deixou de ser paga no mês de abril/97 e apenas no mês de fevereiro/2001 foi editada a Lei municipal nº 1.299/2001, extinguindo o benefício pleiteado nos presentes autos, tendo o feito sido ajuizado em **23/05/2003** (fls. 03).

Ou seja, a prescrição aplicável, *in casu*, é a da Súmula 85 do STJ, conforme bem posto na sentença vergastada, que delimitou o pagamento da vantagem ao período compreendido entre os meses de maio de 1998 a janeiro de 2001.

Passando à análise de fundo, verifico que a presente lide gira em torno do benefício instituído pela Lei Municipal nº 1.167/95, que disciplinou a concessão de *ticket refeição* aos funcionários da Câmara Municipal do Ribeirão, tal como consignado às fls. 24 dos autos.

O mencionado diploma legal dispõe:

Art. 1º - Fica o Presidente da Câmara Municipal do Ribeirão, autorizado a instituir o fornecimento de Ticket Refeição para os funcionários da Câmara Municipal do Ribeirão, no valor de 01 (um) salário mínimo.

Art. 2º - Será efetuado o desconto de 20% (vinte por cento) do valor de um salário mínimo na folha de pagamento de cada funcionário beneficiado.

Art. 3º - As despesas correspondentes a 80% (oitenta por cento) do valor do Ticket Refeição, correrão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento próprio da Câmara Municipal do Ribeirão.

Consta dos autos que o mencionado benefício foi pago até o mês de março/1997 (fls. 25), tendo o pagamento sido suspenso, inobstante a Lei nº 1.167/1995 ter sido revogada apenas em fevereiro/2001, pela Lei Municipal nº 1.299/2001 (fls. 28).

No presente contexto processual, observo que os apelantes não trouxeram nenhum fato capaz de elidir sua responsabilidade para com o pagamento do benefício em foco no período em que a lei instituidora esteve vigente, tampouco restou demonstrado em que ponto dito diploma seria inconstitucional.

Com essas razões, considerando, pois, que a decisão atacada está em perfeita consonância com a jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores, **nego provimento** ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, mantendo a decisão de primeiro grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator